

OPINIÃO

Você concorda com a suspensão do sigilo fiscal e bancário dos servidores públicos? (*)

Fotos: REGINA VOGT



João Vicente da Costa Lima, 41 anos, Professor do Dep. de Ciências Sociais.

“Eu acho que é uma questão que tem muitas interfaces. De um lado, se a motivação for a idéia da transparência, a idéia de universalizar procedimentos que criem mecanismos de controle sobre gestores públicos, então, é uma motivação boa. Em

qualquer país sério do mundo, uma das maneiras de estancar a corrupção é controlar os servidores públicos. Com respeito a essa motivação eu sou simpático. Agora, isso tem outras implicações. Eu não saberia dizer até que ponto isso significaria uma intromissão na privacidade, e quais conseqüências teriam o uso indevido desse tipo de informação. É uma questão para se pensar. Precisamos discutir procedimentos, quer dizer, essa é uma discussão que não pode simplesmente acontecer no Congresso Nacional. Acho que é uma questão que demanda uma consulta ampla à sociedade, não pode ficar à mercê de alguns senadores ou deputados. Deveria se aproveitar as eleições municipais para fazer essa consulta. Há uma crítica consolidada na Ciência Política e na Sociologia de que a melhor democracia não é aquela em que você elege representantes e eles dão as costas ao público, mas onde há a participação das pessoas através de consultas públicas, ainda mais quando é um tema tão difícil”.

Hugo Tubal Schmitz Braibante, 55 anos, Professor do Departamento de Química.

“Eu não concordo porque acho que fere a constituição brasileira, que diz que todo o cidadão tem direito de privacidade sobre suas transações bancárias e sigilo pessoal, salvo casos excepcionais. Acho que esse não



é o caso dos servidores públicos, porque os considero cidadãos integrados a constituição, acho que eles devem ter o direito do sigilo. Acho que o sigilo não deve ser usurpado da pessoa física, que é o funcionário público como cidadão”.

Francisco José Quatrin, 58 anos, Contador.

“Eu concordo com a suspensão. Qualquer quebra de sigilo bancário efetuada pela receita federal é feita somente com o contribuinte devedor. Então, penso que esta decisão está correta”.



A educação e o fim da DRU

A aprovação pelo Senado Federal, no início de julho, da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 96/03, que prevê o fim da Desvinculação das Receitas da União (DRU) para a educação, foi comemorada com entusiasmo pelos parlamentares, embora ainda dependa da aprovação da Câmara dos Deputados e de sanção presidencial para valer.

O entusiasmo se deve ao fato de que a DRU subtraiu pelo menos R\$ 75 milhões do orçamento do setor desde 1994. Para o ANDES-SN, porém, apesar de ser uma medida positiva, o fim da DRU não resolverá os problemas decorrentes do baixo investimento na educação realizado pelo Estado brasileiro.

De acordo com informações do gabinete da senadora Ideli Salvati (PT-SC), autora da proposta de desvinculação, o fim da DRU possibilitará a aplicação de mais R\$ 7,7 bilhões no setor até 2011 (a retirada será gradual: 10% em 2009 e 5% em

2010, zerando em 2011). A PEC está na Câmara dos Deputados desde o dia 8 de julho.

Ciro Correia, presidente do ANDES-SN, afirma que o Brasil “tem uma série de mecanismos perversos para tirar do orçamento do Estado recursos que teriam que ser destinados ao financiamento de suas próprias obrigações, e a DRU é uma delas”. Ele reconhece que acabar com a desvinculação é importante. “Se isso ocorrer, os recursos que virão a mais serão significativos, mas continuam muito aquém do que efetivamente precisamos para a educação”. Correia lembra “que o governo Lula tinha o compromisso de fazer valer aquilo que o governo Fernando Henrique vetou, que era a meta aprovada pelo Congresso Nacional, no Plano Nacional de Educação (PNE), de aumentar progressivamente, num período de dez anos, o financiamento da educação para 7% do PIB. “Isso sim, é muito significativo”, enfatizou.



Correia: com a DRU, cerca de R\$ 75 milhões foram retirados do ensino desde 1994

Aumento de 20% no orçamento

O presidente do ANDES-SN, **Ciro Correia**, também calcula que o fim da Desvinculação das Receitas da União (DRU), resultará num aumento de 20% no orçamento da educação, que passará dos atuais 3% do Produto Interno Bruto (PIB) para 3,6%. “Embora seja um aumento significativo, continua sendo muito pouco. Além disso, existe a preocupação de que o governo, ao acabar com a DRU para a educação, esteja procurando legitimá-la em relação ao resto do orçamento”.

Correia vai além da questão do orçamento para a educação e lembra que o Brasil tem um

histórico de vinculação ao sistema financeiro nacional e internacional e de colocar suas políticas a serviço dos interesses desses sistemas. “A perspectiva de simplesmente acabar com a DRU e contingenciar os recursos que são utilizados para pagar juros e amortização de juros com dívidas com o sistema financeiro é algo que a sociedade precisa pensar. Agora, não seremos contra, de forma alguma, que se desvincule a DRU dos recursos do orçamento para a educação, pois defendemos o aumento das verbas para a educação e essa medida pode contribuir nesse sentido”.

“Precisamos pensar sobre recursos usados para pagar juros”.

(Ciro Correia, presidente do ANDES-SN)